



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

ANGÉLICA NUNES DOS SANTOS

**INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA: O PROGRAMA DE LEGALIZAÇÃO
VEICULAR NO MUNICÍPIO DE CONGO-PB**

**SÚMÉ - PB
2022**

ANGÉLICA NUNES DOS SANTOS

**INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA: O PROGRAMA DE LEGALIZAÇÃO
VEICULAR NO MUNICÍPIO DE CONGO-PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.

**SUMÉ - PB
2022**



S237i Santos, Angélica Nunes dos.
Inovação em Gestão Pública: o Programa de
legalização Veicular no Município do Congo - PB.
/ Angélica Nunes dos Santos. - 2022.

41 f.

Orientador: Professor Dr. Alex Bruno Ferreira
Marques do Nascimento.

Artigo Científico - Universidade Federal de
Campina Grande; Centro de Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido; Curso Superior de
Tecnologia em Gestão Pública.

1. Inovação na Gestão Pública. 2. Legalização
veicular. 3. Congo - PB - Programa de Legalização
Veicular. 4. Novo serviço público. 5. Modelos de
Administração Pública. I. Nascimento, Alex Bruno
Ferreira Marques do. II. Título.

CDU: 35(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ANGÉLICA NUNES DOS SANTOS

**INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA: O PROGRAMA DE LEGALIZAÇÃO
VEICULAR NO MUNICÍPIO DE CONGO-PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.
Orientador - UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.
Examinador I - UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. José Irivaldo Alves Oliveira Silva.
Examinador II - UAGESP/CDSA/UFCG**

Trabalho Aprovado em: 06 de setembro de 2022.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a graça de concluir mais uma etapa em minha vida e por apesar das dificuldades nunca ter permitido que desistisse ou perdesse o foco durante a minha jornada acadêmica.

Agradeço a minha família por todo apoio e palavras de conforto quando precisei em especial ao meu filho Allef Gustavo, ao meu irmão Marcos e minhas irmãs Lorena e Amanda que sempre me ouviram e estiveram presente em todos os momentos. Sou grata porque sei que sempre vibraram e ficaram felizes com cada conquista nessa minha trajetória.

Aos meus pais Vera e Antônio, que sempre me orientaram e deram todo apoio necessário para continuar.

Aos meus amigos que estiveram comigo durante essa caminhada, em especial ao meu primo Matelson, por todo companheirismo, motivação e paciência durante minha jornada acadêmica.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Alex Bruno, pelo incentivo e dedicação durante todos os anos de docência e também na produção do presente trabalho, e pelas grandes oportunidades durante este percurso. Sou grata por sua paciência, dedicação, confiança e por todos os ensinamentos.

Agradeço também a todos os docentes que passaram por essa minha jornada e contribuíram para minha formação profissional e também pessoal.

Agradeço a todos que contribuíram para a construção deste trabalho, direta ou indiretamente.

RESUMO

A inovação na gestão pública representa um campo de possibilidades, ampliando direitos a bens públicos e acesso a informação e a transparência na administração pública. Assim, a inovação no setor público aplicada na cidade de Congo-PB foi um dos pontos centrais do estudo em questão que aborda o programa “A moto é sua”. Diante disso o presente estudo tem como objetivo geral compreender a partir da visão dos formuladores, o processo de criação e implementação do Programa. Quanto à metodologia aplicada, foi utilizada a pesquisa descritiva, baseado em um estudo de caso único que buscou compreender o programa implementado, e tendo como abordagem a pesquisa qualitativa que não utiliza dados quantificáveis, e a coleta de dados foi realizada por meio da entrevista semiestruturada individual, para o levantamento de informações desde a criação até a implementação do programa. Desse modo, ao traçar algumas considerações a respeito do programa é possível verificar que ele chama atenção pelo aspecto inovador que propõe e os resultados que visa obter, além disso, é necessário destacar que a realização deste trabalho possibilitou uma nova visão de gestão pública inovadora referente a um programa de legalização veicular como também da primeira carteira de habilitação, que está cada vez mais se tornando prioridade na vida das pessoas. Por fim, o programa proporcionou, tanto para os formuladores quanto para os beneficiários, resultados positivos na sua implementação.

Palavras-chave: inovação; gestão pública; novo serviço público.

SANTOS, Angélica Nunes dos Santos. **Innovation in public management: the vehicle legalization program in the municipality of Congo-PB.** 2022. 41f. (Course Completion Work - Article), Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba - Brazil, 2022. Available in: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/27357>

ABSTRACT

Innovation in public management represents a field of possibilities, expanding rights to public goods and access to information and transparency in public administration. Thus, innovation in the public sector applied in the city of Congo-PB was one of the central points of the study in question that addresses the program "The bike is yours". In view of this, the general objective of the present study is to understand the process of creation and implementation of the program from the point of view of the formulators. As for the methodology applied, a descriptive research was used, based on a single case study that sought to understand the program implemented, and having as approach the qualitative research that does not use quantifiable data, and data collection was performed by means of semi-structured individual interviews, for the survey of information from the creation to the implementation of the program. Thus, by tracing some considerations about the program, it is possible to verify that it draws attention by the innovative aspect that it proposes and the results that it aims to obtain. Besides this, it is necessary to highlight that the realization of this work enabled a new vision of innovative public management regarding a vehicle legalization program, as well as the first driver's license, which is increasingly becoming a priority in people's lives. Finally, the program has provided, both for the formulators and the beneficiaries, positive results in its implementation.

Keywords: innovation; public management; new public service.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	10
2.1	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	10
2.1.1	Administração pública patrimonialista.....	11
2.1.2	Administração pública burocrática.....	12
2.1.3	Administração pública gerencial.....	13
3	INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA.....	15
4	NOVO SERVIÇO PÚBLICO.....	18
4.1	PRINCÍPIOS DO NOVO SERVIÇO PÚBLICO.....	19
4.2	A CO-PRODUÇÃO.....	21
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
6	RESULTADOS E DISCURSÕES.....	25
6.1	A CRIAÇÃO DO PROGRAMA SOCIAL DENOMINADO A “MOTO É SUA”, E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	25
6.2	ANÁLISE E DISCUSSÕES.....	26
7	CONSIDERAÇÕES.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33
	APÊNDICE.....	37

1 INTRODUÇÃO

A adoção da inovação na gestão pública é um processo evidente nos dias de hoje, e cada vez mais vem crescendo em todas as esferas governamentais, além de adotar práticas transformadoras tanto na administração interna das instituições quanto na implantação de políticas públicas que podem ser observadas na modernização de processos, na gestão de recursos humanos, no atendimento ao cidadão, no controle de fluxos e resultados, na estruturação organizacional, na mensuração de resultados e entre outras áreas. Dessa forma, isso acontece a partir do uso de tecnologias associadas às transformações digitais, aos processos de gamificação, a economia comportamental e também em tantos outros métodos inovadores afins, direcionados ao aperfeiçoamento da gestão.

Diante desse contexto, a inovação na gestão pública requer uma grande demanda da sociedade contemporânea, de exigências da nova gestão, e dos desafios de uma administração voltada para resultados. Sendo assim, é necessário destacar alguns pontos que caracterizam o estudo em questão sobre o “Programa A Moto é Sua – Mobilidade Livre e Segura”, que é um projeto pioneiro na região do Cariri, implantado na gestão do Prefeito DR. Romualdo Antônio Quirino De Sousa no Município de Congo na Paraíba, que foi uma promessa de campanha do gestor. Desse modo, o programa engloba a regularização das motocicletas da população do Município, como também proporciona a primeira Carteira Nacional de Habilitação, que no cadastro já possuía mais de 100 inscritos. Vale ressaltar, que este programa foi realizado através de recursos da renúncia de salário do Prefeito que optou a permanecer apenas com o salário de médico.

Em se tratando da apreensão indiscriminada de motocicletas e o desafio da mobilidade da classe trabalhadora é notório que o acesso de amplos setores da população a automóveis e motocicletas na última década e meia é reflexo da recente expansão econômica proporcionada pelas políticas neo-desenvolvimentistas implementadas pelo país, com efeitos ainda mais fortes nos sertões da região Nordeste. Logo, a motocicleta é um dos símbolos desta expansão econômica, já que adquirir um automóvel antes privilegiado por poucos, passou a estar ao alcance de algumas famílias, principalmente pelas compras no mercado informal de carros e motos usadas.

Mediante o exposto, se faz o seguinte questionamento: **Quais as características do Programa: “A moto é sua”, enquanto inovação na gestão pública municipal na cidade do Congo-PB?**

E para responder essa questão é fundamental analisar este cenário de desafios econômicos e sociais, de crise na mobilidade de trabalhadores, onde o poder público precisa cumprir as determinações legais e as normas de trânsito, e também estimular as atividades econômicas. Portanto, a partir dessa situação a gestão do município do Congo toma a iniciativa de uma política pública, um programa para subsidiar motoqueiros que dispõe de motocicletas para trabalhar, com o objetivo de custear a legalização da documentação das motos durante o quadriênio de 2021 a 2024.

Sendo assim, o programa “a moto é sua” no município do Congo tem apresentado um grande impacto positivo no desempenho dos critérios para a legalização das documentações dos proprietários de veículo municipal, considerando que as medidas do seu gerenciamento demonstram um importante melhoramento em relação à demanda de legalização das motos.

Do mesmo modo, pode ser percebido um grande aumento na eficiência ligada diretamente aos aspectos de decisões tomadas pela gestão administrativa, já que por meio desse programa inovador na gestão se impulsionam outros municípios a adotarem essa política pública de modo a minimizar os casos das apreensões de motos irregulares possibilitando assim a condição de usar a moto com mais tranquilidade e responsabilidade.

Logo, estabelecido o problema, definiu-se o objetivo geral desta pesquisa em Compreender a partir da visão dos formuladores, o processo de criação e implementação do Programa “A moto é sua” no município do Congo-PB. Com o intuito de alcançar tal meta, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Descrever o Programa “A moto é sua” – Congo-PB e suas características constitutivas, bem como os desafios enfrentados no processo de implementação; b) Relacionar o Programa “A moto é sua” com os postulados teóricos da Inovação no contexto do Novo Serviço Público.

Entende-se que o presente estudo seja relevante em razão da necessidade sobre o gerenciamento de programas na administração pública, como também contribuirá para o entendimento e o aprofundamento a respeito da importância no cenário de desafios econômicos e sociais de crise na mobilidade veicular de trabalhadores. Além disso, visa buscar a continuidade do aprimoramento da qualidade dos serviços visando alcançar a missão de melhor atender as necessidades da sociedade, já que a gestão pública apresenta-se como alternativa essencial para proporcionar um ganho de qualidade no setor público.

Além disso, apresenta a inovação na gestão pública como um amplo campo de possibilidades, seja pela forma de desenvolver política pública, ampliando o acesso e direitos a bens públicos, democratizando a gestão e analisando a transparência na administração, seja pelas práticas políticas inovadoras ou existentes, como pelo assistencialismo do atendimento à

demanda da população. É importante ressaltar que não se trata apenas de enfatizar a mudança na mobilidade veicular ou os aspectos de ordem econômica, mas entender a inovação num sentido mais amplo no qual novos aspectos, processos e gestores são considerados para produzir novos sentidos e significados, assim como maiores e mais amplos impactos sociais.

Portanto, é necessário destacar que a realização deste trabalho possibilita uma nova visão de gestão pública inovadora referente a um programa de legalização veicular como também da primeira carteira de habilitação, que está cada vez mais se tornando prioridade na vida das pessoas, principalmente dos jovens que precisam ter uma permissão legal para dirigir e garantir espaço no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, assim devido a essas questões o estudo impactará de forma positiva, eficiente e eficaz, já que é correto está com a documentação legalizada, e ter orientação de trânsito, e aprender as regras de circulação.

Contudo, o trabalho se justifica pela importância dos objetivos e pela contribuição que busca oferecer ao meio acadêmico, em termos de pesquisa, como base teórica para uma área ainda carente de análise, ferramentas e técnicas, do ponto de vista do gerenciamento de projetos, como é o caso da administração pública brasileira, a fim de proporcionar pesquisas presentes e futuras para correlacionar com outros tipos de trabalhos da área pública.

2 MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procura satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, dentre outras áreas. Em outras palavras, Administração Pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos.

Conforme Alexandrino e Paulo (2005) a Administração pública representa uma ferramenta fundamental para a concretização dos objetivos do Estado, visto que consiste em um conjunto de órgão e entidades que se responsabilizam por essa tarefa. Para isso, é necessário que a administração lance mão de todo o aparelhamento do Estado capacitado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades e o bem comum da coletividade. (MEIRELLES, 2010).

Desse modo, a Administração Pública no uso de suas atribuições, além de informar e ouvir o cidadão deve disponibilizar formas de acesso para integrá-los às ações e decisões institucionais e aos processos de comunicação, incentivando e divulgando seus investimentos, aplicações e resultados e integrando a sociedade às suas ações e decisões, de forma ética e comprometida e transparente, utilizando-se de uma perspectiva integrada da comunicação.

A partir dessas questões a Administração Pública, além de cumprir o que a lei determina, contribui bastante para o fortalecimento da democracia, pois na história dos governos republicanos no Brasil, evoluiu por meio de três modelos de gestão, sendo eles o modelo Patrimonialista, o modelo Burocrático e o modelo Gerencial.

Sendo assim, segundo Araújo (2007, p.09)

Os modelos de gestão pública influenciam a abordagem que o governo utiliza para organizar os recursos e transformá-los em serviços públicos. Os resultados das políticas públicas dependem, em boa medida, do modelo de gestão adotado e da forma como ele funciona. Naturalmente que as contingências que estão presentes no ambiente também influenciam a implementação das políticas públicas e, em última análise, os resultados.

Em vista disso, a Administração Pública compreende todo o aparato do Estado para a obtenção de seus objetivos na esfera social, pois faz o possível para atuar de forma a respeitar

os princípios previstos na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, quais sejam eles como: os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Em razão de que, o entendimento desses autores referenciados leva a considerar a Administração Pública como o conjunto de todos os órgãos que executam os serviços do Estado e que integram o seu aparelho administrativo e suas funções, pois a administração pública corresponde à gestão de serviços públicos voltados para necessidades comuns, às atividades de fomento como programas de incentivo, e sobre o poder de polícia em atividades de restrição à liberdade ou propriedade em benefício coletivo.

Contudo, a administração pública é um universo complexo, dinâmico e em constante mudança, devido a suas teorias passarem por profundas transformações ao longo do último século, adaptando-se às conjunturas sociais, políticas e económicas.

2.1.1 Administração pública patrimonialista

Este modelo de administração pública é baseado nos modelos de Estados Absolutistas, mas fortemente firmados durante os séculos XVII e XVIII, quando o patrimônio do Monarca Absoluto se misturava com o patrimônio público, formando uma linha na distinção entre público e privado.

Nessa linha de pensamento, podem ser observada as considerações a seguir, sobre o Patrimonialismo:

O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, com o aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo – o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem anulação da esfera própria de competência. O Estado ainda não é uma pirâmide autoritária, mas um feixe de cargos, reunidos por coordenação, com respeito à aristocracia do subordinado. A comercialização da economia, proporcionando ingressos em dinheiro e assegurando o pagamento periódico das despesas, permitiu a abertura do recrutamento, sem que ao funcionário incumbissem os gastos da burocracia, financiando os seus dependentes (FAORO, 1975, p. 84).

Além disso, a administração patrimonialista vinculada às ideias clientelistas, gerou prévia desconfiança dos administradores públicos, sendo necessária a implementação de controles rígidos dos processos públicos, para inviabilizar as adversidades deste modelo.

Dessa forma, se é capaz de relacionar importantes lições como:

Entre os fatores de importância incontestável estão às estruturas racionais das leis e da administração, pois que o moderno capitalismo racional não necessita apenas dos meios técnicos de produção, mas também de um sistema legal calculável e de uma administração baseada em termos de regras formais (WEBER, 2009b, p. 31).

Esse modelo gera, por certo, o clientelismo, ou seja, a troca de favores, o prevalecimento de interesses privados em detrimento do interesse público, que faz surgir um modelo do público vinculado ao particular sem a referência de interesse público, como princípio norteador das condutas estatais.

2.1.2 Administração pública burocrática

Conforme analisa Pereira (1996), a administração burocrática clássica, baseada nos princípios da administração do exército prussiano, foi inserida nos principais países europeus no final do século XIX, nos Estados Unidos no começo do século XX, e no Brasil em 1936, por meio da criação, do DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público.

Entende-se por administração burocrática aquela cuja legitimidade baseia-se em normas legais racionalmente definidas, onde as burocracias têm sua fonte de legitimidade no poder Racional-Legal e o seu tipo ideal nas organizações de sistemas sociais racionais, tendo como características o formalismo e a impessoalidade.

No Brasil, no período em que predominava o modelo burocrático de administração, a ampla intervenção econômica e social do Estado de bem-estar social aumentou quantitativa e qualitativamente as suas funções administrativas. Tal modelo burocrático de administração apresentava como principais características a racionalidade, a centralização da autoridade e a impessoalidade dos comandos (BENCINI, 2000).

Assim, esse modelo de administração pública surge na época da sedimentação do modelo estatal conhecido por Estado Liberal, de fenômenos históricos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, tendo como objetivo combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista das administrações precedentes no modelo dos Estados Absolutistas.

Dessa forma, como apresenta Bergue (2008), é possível observar, no atual cenário das organizações públicas brasileiras, uma inclinação para a adoção de práticas gerenciais usuais no campo empresarial. No entanto, essa adoção de práticas gerenciais com o intuito de promover maior eficiência ou melhorias na qualidade de prestação de serviços públicos advém, segundo o autor, tanto de pressões internas de diferentes setores da sociedade, quanto

de conteúdo multifacetado, incluindo organismos externos multilaterais, de fomento e ajuda financeira.

A partir disso, segundo Fleck e Pereira (2011), todas as formas de coordenar grupos, tanto no setor público quanto no setor privado, ou em cargos que exigem uma postura de líder, demandam perfis de competência, que permitam o desempenho de suas funções com atenção, resolução e qualidade. Contudo, no ambiente organizacional, o conhecimento sobre competências gerenciais e seus perfis identifica tendências individuais de ação, que configuram programas de capacitação e subsidiam decisões estratégicas.

2.1.3 Administração pública gerencial

A Administração Pública Gerencial (nova gestão pública) vê a sociedade como um campo de conflito, cooperação e incerteza, onde os cidadãos defendem seus interesses e afirmam suas posições ideológicas, e assim o foco deixa de ser o controle de processos racionais, elaborados e baseados no profissionalismo mesmo sendo importantes e passa a ser a entrega de resultados.

Conforme Denhardt (2012), a New Public Management, no Brasil chamada de “Administração Pública Gerencial”, é um conjunto de conceitos conhecido como reinvenção do governo, apresentada por Osborne e Gaebler (1994), que é o resultado de um contexto mundial de crise fiscal que ocorreu na década de 1970, levando à necessidade de redefinição dos governos para que “funcionasse melhor e custasse menos” (DENHARDT, 2012, p. 197).

Logo, para se alcançar os objetivos traçados por esse modelo de administração, algumas medidas são fundamentais para a adoção, e devem ser observadas na estrutura da própria administração, em relação ao tratamento jurídico conferido aos servidores públicos e aos procedimentos administrativos utilizados na gestão dos interesses públicos. Por isso, para Secchi (2009, p. 354), a administração pública gerencial pode ser definida como “um modelo normativo pós-burocrático para a estruturação e a gestão da administração pública baseada em valores de eficiência, eficácia e competitividade”.

Diante disso, a administração gerencial se caracteriza pela existência de formas modernas de gestão pública, modificando os critérios de aplicação do controle dos serviços públicos, as relações estabelecidas entre o poder público e seus servidores e alterando a própria atuação da administração, que passa a enfatizar a eficiência, a qualidade e a efetiva concretização do regime democrático, mediante a participação mais intensa dos cidadãos.

Cabe destacar os três modelos principais que emergem do modelo gerencial: O 1- modelo gerencial puro que possui como ponto central a busca da eficiência, baseado na chamada lógica fiscal, tendo como instrumentos principais a avaliação de desempenho e o controle do orçamento. O 2- modelo gerencial com foco no consumidor que dá destaque à flexibilidade da gestão, qualidade dos serviços e à prioridade das demandas do cidadão, tido como o consumidor, ou seja, o cliente dos serviços públicos. E por fim o 3-Modelo gerencial orientado ao serviço público que se utiliza de conceitos como “accountability”, transparência, participação política, equidade e justiça, questões ausentes nos debates realizados dos outros modelos de administração gerencial.

Assim surgiu a administração pública gerencial ou nova gestão pública (new public management), um modelo emergente no mundo nas últimas décadas, que busca um novo modelo de gestão pública (SECCHI, 2009). Desse modo, essa abordagem gerencial parte da crença para um Estado que formula e estabelece políticas públicas e estratégias para a sociedade na área social, científica e tecnológica, no setor público.

Todavia, os modelos de administração pública acima transcritos, apresentam a relação da implementação de novos paradigmas, decorrentes das chamadas reformas administrativas, em que se alcançou primeiro uma administração patrimonialista, depois uma administração burocrática e atualmente uma administração gerencial. Mas, não significar dizer que na atualidade, há apenas um modelo de administração pública baseado em um dos modelos citados.

3 INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

A inovação na gestão pública pode ser concebida como a criação de algo novo para o ambiente em que está inserida, como um produto, ou uma melhoria nele, como também uma nova forma de realizar um processo. Sendo assim, para Machado (2007, pag. 06) “a definição de inovação pode ser entendida como uma ideia, uma prática ou um artefato material percebido como novo, relevante e único adotado em determinado processo, área ou por toda a organização”.

Além disso, o processo de inovação no setor público permite a introdução de abordagens autênticas no intuito de causar um impacto positivo na sociedade, ou seja, a novidade descreve a etapa de introdução das abordagens com caráter inédito. E no setor público, segundo Campelo (2012, p.215), também há necessidade de modelos de gestão que conduzam os fundamentos ao elaborar um modelo conceitual de excelência em gestão pública, pois a cultura de inovação é um deles e, conforme o autor, é a “Implementação de novas ideias aperfeiçoando os produtos e serviços da organização, que a inovação deve fazer parte da cultura da organização”.

Sendo assim, a inovação é capaz de gerar maior competência para criar e desenvolver programas no setor público, pois são observados esforços para promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Estado, como também pelo Município no que diz respeito ao controle dos custos envolvidos nos programas e projetos públicos. Desse modo, esse fator vem estabelecendo inovações, tanto nos modelos de gestão como na adoção de estratégias que resultam em facilitadores da administração e que geram eficiência na execução, controle e obtenção dos resultados previstos nos planos governamentais.

Neste sentido, Isidro-Filho (2017) afirma que a inovação surge a partir da busca por desenvolvimento econômico e bem-estar social, que acabam se traduzindo em frameworks organizados e direcionados em esforços organizacionais públicos ou privados. Logo, outro elemento inovador na gestão pública, na concepção de Girardello e Maia (2012, p. 65), é “O planejamento estratégico com definição dos objetivos, escolha dos projetos estruturadores, definição de metas quantitativas, acompanhamento, avaliação e cobrança”.

Assim, administrar é gerir os serviços públicos, para governar e exercer o serviço com o objetivo de obter resultados positivos, pois é notável a dimensão das atividades na administração pública que estão sempre em busca do atendimento a coletividade e isso significa saber gerir e conduzir de maneira estratégica os meios e os recursos orçamentários e

de pessoas, para a produção dos benefícios a todos que contam com o serviço público. Nesse caso, o planejamento estratégico é um dos pontos indispensáveis na profissionalização, como também é uma função do novo administrador público.

A partir disso, acredita-se que a inovação no setor público deve ser considerada como um elemento estratégico, podendo ser aplicado nos mais diversos campos da administração pública, tanto internamente como externamente, como um dos fatores indispensáveis para a sobrevivência da união, dos estados e dos municípios. Por isso, “Identificar as barreiras que impedem a inovação de evoluir na gestão pública é também contribuição significativa para a definição de estratégias de incentivo ao processo inovativo”. (PIRES et al., 2017, p. 5).

Em consequência disso, nota-se que a inovação vem se tornando ponto central das estratégias organizacionais e também foco de diversos estudos e publicações, pois de acordo com os estudos trazidos por Spink (2006), ficou evidente que o papel da gestão pública não se restringe a administrar e controlar os serviços existentes, mas também de resolver problemas e encontrar soluções efetivas por meio da inovação no setor público.

Sendo assim, no campo da administração pública, o tema da inovação ainda se encontra em desenvolvimento. Segundo Araújo, Rocha e Carvalhais (2015),

Os conceitos sobre o tema têm sido inicialmente formulados para expressar as tentativas de países desenvolvidos de responder às demandas governamentais capazes de integrar políticas de ciência e tecnologia com políticas econômicas, e pesquisa com produção, visando maior competitividade econômica internacional.

Dessa forma, destaca-se o pensamento dos autores Ribeiro e Farias (2012, p. 54) que citam o conceito de inovação aplicado ao setor público, em uma organização como “a geração e a aplicação criativa de novas ideias que produzam uma melhoria significativa em um produto, serviço, atividade, iniciativa, estrutura, programa ou política”. Diante disso, fica evidente o quanto a inovação na gestão se faz essencial em qualquer âmbito seja público ou privado, pois a premissa é de que as ideias criativas emergem de indivíduos ou grupos, já que as pessoas são os elementos centrais para que a criatividade exista.

Nessa perspectiva os autores Sundbo e Gallouj (1998) apresentam uma abordagem, demonstrando quatro tipos de inovações identificadas em serviços. A primeira refere-se à Inovação em produto, que está relacionada ao fornecimento de um novo serviço; a segunda sobre a Inovação de processo, que é relacionada com a modificação de procedimentos para produzir ou prestar serviço; a terceira a Inovação organizacional, que está ligada com a introdução de nova forma de gerenciamento e organização; e por fim a Inovação de mercado,

referente à alteração de mercado. Logo, essas abordagens baseadas em serviços buscam as classificações e definições para a inovação dentro do novo contexto econômico.

Diante de todas as questões sobre a inovação na gestão pública, cabe mencionar que a responsabilidade pela descontinuidade do processo de inovação no setor público não recai apenas ao sistema burocrático que predomina na maioria dos órgãos estatais brasileiros, mas se dá também por outras razões, as quais se citam: falta de incentivos para funcionários, resistência dos servidores públicos em razão à mudança imposta pela inovação, exigências de normas regulamentadoras, falta de recursos humanos preparados ou recursos financeiros para investimentos em tecnologia, necessidade de resultados de curto prazo, dentre outros. (CASTRO, 2016, p.9).

Desse modo, as organizações públicas precisam evoluir para atender às demandas da sociedade e da economia cada vez mais instável, rompendo assim as barreiras impostas pelo modelo burocrático ainda enraizado na administração pública brasileira. Sendo assim, o estado conseguirá se manter operante e efetivo nas suas responsabilidades, já que é nesse contexto que a inovação precisa ter sua importância considerada, como esforço para uma nova administração pública eficaz e mais voltada para o cidadão.

Para Santos, Fazion e Meroe (2011), as empresas tanto públicas como privadas precisam tratar a inovação como um diferencial competitivo de suas atividades e considerar os investimentos necessários para sua implantação, através de recursos próprios ou de terceiros. Diante disso, as organizações tanto públicas quanto privadas, reconhecem a importante ligação do desempenho humano com o desempenho empresarial, que compreende a avaliação atual de uma gestão de desempenho.

Assim, os gestores são diretamente responsáveis por atingirem as metas e alocarem os recursos, uma vez que, para uma administração de desempenho, a eficiência, a eficácia e a competitividade devem caminhar juntas, pois é necessário um desempenho superior ao do concorrente (MAXIMIANO, 2004). Por isso, a formação dos servidores públicos é essencial na mudança cultural e nas estratégias necessárias para a reforma do Estado, na medida em que somente com apoio do governo o novo modelo de gestão da administração pública será capaz de melhorar a efetividade da ação governamental e na relação do Estado com a sociedade.

4 NOVO SERVIÇO PÚBLICO

O Novo Serviço Público é um modelo de gestão fundamentado na promoção da dignidade e na reafirmação dos valores da democracia, da cidadania e do interesse público enquanto valores principais da administração pública (DENHARDT, 2012). Assim, o intitulado New Public Service (Novo serviço Público), acredita que atividades de co-produção entre comunidades, órgãos públicos, privados e não governamentais é possível desenvolver maior participação, cidadania e accountability na sociedade.

Neste sentido, a teoria do Novo Serviço Público, desenvolvida por Denhardt e Denhardt (2003), traz o objetivo de mostrar novas alternativas para a administração pública, visando a fomentar a participação direta do cidadão.

De acordo com o autor, o movimento, Old Public Administration “Antiga Administração Pública”, tem como principal característica um modelo em que indivíduos eleitos formam um grupo que representa os interesses da população, e definem quais são os interesses públicos, como também elabora políticas para a população e as leis que devem ser cumpridas para garantir a ordem e o bem estar público (DENHARDT e DENHARDT, 2003).

É nessa perspectiva que se realiza o Novo Serviço Público, tendo o governo um papel em que atua no sentido de servir ao cidadão do que no de controlar e dirigir a população, e para isso a estratégia que Denhardt e Denhardt (2003) apresenta para a concretização deste modelo está em atividades colaborativas que envolvem tanto os cidadãos, como o governo e órgãos privados e não governamentais, para que tal estratégia chamada de co-produção, parta do princípio de que a participação conjunta gere maior responsabilidade “accountability” entre os co-produtores que permite o cidadão também exerça poder na construção e implementação de políticas públicas.

Seguindo essa linha de pensamento observa-se que a Nova Gestão Pública, mesmo possuindo princípios administrativos bem distintos, é derivada da mesma lógica originária da burocracia, ou seja, a da racionalidade instrumental, que segundo Denhardt (2012) aponta a teoria tradicional da administração pública como uma tentativa de se construir uma teoria racional de administração, a partir de um entendimento positivista do comportamento humano para um ambiente de accountability democrática.

Assim, são analisados os três principais modelos de administração pública chamada de “administração pública convencional, a administração gerencial e o novo serviço público” a

partir da teoria da delimitação dos sistemas sociais. Conforme essa teoria, a sociedade é de múltiplos grupos, que também inclui o mercado.

Nessa perspectiva, a sociedade politicamente articulada tem como referência a multidimensionalidade humana. Por isso mesmo, ela requer espaços múltiplos em que o ser humano possa realizar o exercício da política, da convivialidade e da economia ou do mercado (SALM; MENEGASSO, 2009, p.109).

Contudo, os administradores públicos são fundamentais para a história da evolução, visto que os mesmos têm o papel de incentivar e fomentar o diálogo e a discussão nos serviços públicos prestados aos cidadãos. Dessa forma, a Administração Pública deve ver o cidadão no novo serviço público, pois decisões sobre programas, projetos e atividades não podem ser definidas de forma unilateral, visto que o cidadão é quem irá usufruir deste serviço, assim para Roberts (2004), a participação direta dos cidadãos já não é uma hipótese, já que a proposta consiste, portanto, numa gestão mais democrática para a resolução dos problemas públicos.

4.1 PRINCÍPIOS DO NOVO SERVIÇO PÚBLICO

Na base do novo serviço público a promoção da dignidade e os valores que reafirmam a democracia, a cidadania e o interesse público, são elencados sete princípios-chave para o modelo, exposto no quadro 1 que apresentam uma síntese do Novo Serviço Público dos autores Abreu, Helou e Fialho (2013, p. 612-613) que realizaram a partir de Denhardt (2012).

Quadro 1 - Princípios do Novo Serviço Público

1. Servir cidadãos, não consumidores: como o serviço público é visto como uma extensão da cidadania, tanto o governo quanto os cidadãos precisam abrir mão de seus interesses de curto prazo, assumindo novos papéis na construção de uma sociedade civil.
2. Perseguir interesses públicos: no NSP o administrador não é mais o árbitro do interesse público, mas, sim, um ator-chave dentro de um sistema de governança que inclui inúmeros stakeholders– e o governo é um meio voltado para o alcance de valores compartilhados pela sociedade.

<p>3. Dar mais valor à cidadania e ao serviço público do que ao empreendedorismo: os administradores públicos trabalham dentro de redes políticas complexas e seu trabalho deve envolver os cidadãos no desenvolvimento de políticas públicas, o que informa a política e constrói a cidadania.</p>
<p>4. Pensar estrategicamente e agir democraticamente: as políticas e os processos devem ser elaborados mediante processos de colaboração, para que os cidadãos possam envolver-se no processo de governança ao invés de buscar apenas satisfazer suas demandas de curto prazo.</p>
<p>5. Reconhecer que accountability não é simples: o accountability no serviço público envolve o equilíbrio entre normas e responsabilidades que pressupõe questões morais, direito público e interesse público. Assim, os administradores públicos devem corresponder a normas, valores e preferências do complexo sistema de governança público.</p>
<p>6. Servir em vez de dirigir: os servidores públicos devem usar uma liderança baseada em valores para ajudar os cidadãos a articular e satisfazer seus interesses compartilhados. Devem compartilhar poder e liderar com compromisso, integridade, respeitando e conferindo poder à cidadania.</p>
<p>7. Dar valor às pessoas, não apenas à produtividade: as organizações públicas têm mais chance de ser bem-sucedidas se operarem por meio de processos de colaboração e liderança compartilhada que tenham por base o respeito pelas pessoas.</p>

Fonte: Abreu, Helou e Fialho (2013, p. 612-613).

Como se observa nos princípios básicos o interesse público é um valor central, por isso de acordo com Denhardt (2012) as decisões não podem se concentrar no administrador, como se ele fosse um empreendedor individual, mas que ele tem o papel fundamental de garantir uma governança democrática articulando a participação de outros atores como os cidadãos, grupos, representantes eleitos e outras instituições. Já que os valores democráticos como cidadania, justiça e igualdade devem estar tanto nos resultados quanto nos processos institucionais.

4.2 A CO-PRODUÇÃO

A Co-produção é o nome dado à estratégia que busca produzir o bem público, via envolvimento do cidadão, órgãos públicos, privados e sem fins lucrativos. Para Whitaker (1980, p.240), o conceito de co-produção “diz respeito ao envolvimento dos cidadãos, de modo participativo, no processo de recebimento de um serviço público especialmente nos casos que objetivem mais uma mudança de comportamento do indivíduo do que modificação no ambiente físico”.

Nessa perspectiva, o autor apresenta três tipos de co-produção: o primeiro tipo está relacionado com o ato de o cidadão solicitar determinado serviço ou auxílio; o segundo seria aquele em que os indivíduos ajudam os servidores públicos na realização dos objetivos estabelecidos e o terceiro e último diz respeito ao ajuste mútuo, ou seja, à mudança resultante da troca entre cidadãos e servidores públicos.

Neste sentido, tanto os servidores como os cidadãos devem esperar pela mudança que está sendo implementada, utilizando meios de compreensão e respeito pela transformação recíproca, que faz com que os objetivos propostos sejam alcançados com maior efetividade.

Desse modo, para alguns autores, o modelo de co-produção é definido pelo grau de sobreposição das atividades realizadas pelos provedores de serviço que no caso são os servidores ou administradores públicos, como também pelos consumidores, ou seja, os cidadãos. E assim, a co-produção pode ser realizada em três níveis: individualmente, em grupo ou coletivamente.

Como afirma Andion (2012), o movimento do Novo Serviço Público é coerente e monolítico, com novas possibilidades para a compreensão da ação pública na atualidade, em razão do princípio de coprodução do bem público em que o cidadão não é apenas um cliente ou beneficiário, mas um protagonista na prestação do serviço público e na promoção da transformação social. Segundo o autor:

O sucesso de uma política pública aqui não é determinado apenas pela aplicação de leis e normas ou pelo desempenho técnico, ela depende também do envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão (comportamento cooperativo). Neste sentido, o ajuste mútuo torna-se um elemento muito importante (ANDION, 2012, p. 10).

Assim, constitui-se como um grande desafio para os agentes públicos coordenar os diversos atores e instâncias para a solução das questões públicas, cada vez mais complexas em

um contexto atual de tensão entre as esferas pública e privada, em que o público excede o Estatal (ANDION, 2012).

De acordo com Denhardt e Denhardt (2003), as bases epistemológicas do modelo do novo serviço público têm por princípio que o ser humano é, um ser político que age na comunidade politicamente articulada, que requer a participação do cidadão para a construção do bem-estar coletivo que pode preceder a busca do interesse privado.

Dessa forma, o Novo Serviço Público busca valores compartilhados e interesses comuns por meio do amplo diálogo e do engajamento de cidadãos, já que o próprio serviço público é observado como uma extensão da cidadania e que tem a vontade de servir ao outro e, ao mesmo tempo, de se alcançar os objetivos públicos.

Entretanto, a concepção do governo que lida com interesses públicos como uma organização de mercado, é marcada por trocas que visam à satisfação de interesses privados e pode ser comparada tanto à obra do autor Arendt (2004) como à Teoria de Delimitação dos Sistemas Sociais de Ramos (1989), pois essa visão crítica de tais autores serve de base para a compreensão dos valores do Novo Serviço Público, que mostram o governo dentro dos padrões de mercado que resulta numa distorção da esfera pública, com a sobreposição de interesses privados aos interesses públicos.

Portanto, ao apontarem o Novo Serviço Público como uma alternativa à visão mercadológica a Nova Gestão Pública, Denhardt e Denhardt (2003) consideram dois pontos principais que fundamentam esse modelo, o primeiro a promover a dignidade e o valor do serviço público; E o segundo a reafirmar os valores da democracia, da cidadania e do interesse público como valores proeminentes da administração pública.

A partir dessas duas colocações, eles elaboraram sete princípios-chave que fazem parte do arcabouço teórico do Novo Serviço Público, como as ideias de servir cidadãos e não consumidores; de perseguir o interesse público; de dar mais valor à cidadania e ao serviço público que ao empreendedorismo; de pensar estrategicamente, mas agir democraticamente; de servir em vez de “dirigir;” e de dar valor às pessoas e não apenas à produtividade.

Contudo, o Novo Serviço Público evidencia na liderança e na gestão do serviço público uma busca renovada pelos valores democráticos, por meio da perspectiva de vários autores que procuraram adentrar na administração pública e remodelar sua expressão basilar, tradicionalmente orientada à eficiência e ao desempenho, em prol de um interesse equilibrado pela responsabilidade democrática.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos à pesquisa teve como base o estudo de caso utilizado para realizar uma investigação empírica que estuda fenômenos dentro de seus próprios contextos, pois reúne o maior número possível de informações, dados e evidências por meio de diferentes técnicas de levantamento e com estes busca-se apreender a totalidade de uma situação para descrever, compreender, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto (MARTINS, 2008).

Além disso, a pesquisa foi classificada como pesquisa descritiva, porque esse tipo de pesquisa tem como prioridade descrever fatos, fenômenos, populações e situações que de certa maneira prioriza a descrição em forma de variáveis estudadas. Desse modo, conforme os fundamentos metodológicos de Marconi e Lakatos (2010), o estudo é baseado na pesquisa descritiva que tem como objetivo descrever o objeto de estudo como em analisar e comparar as informações sobre as diferentes variáveis analisadas. Esta análise visou estudar os relatórios da criação e implementação do programa: “A moto é sua”, que iniciou no ano 2021 para efetuação de inscrição para legalização da documentação das motos. Logo, é uma pesquisa de natureza básica, porque busca enriquecer novos conhecimentos diante do estudo desenvolvido para constatar a inovação na gestão pública.

O presente estudo teve como abordagem a pesquisa qualitativa, pois não utilizam dados quantificáveis e busca apenas compreender o fenômeno, além de não se preocupar com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social como de uma organização, mediante o estudo acerca do contexto referente ao conteúdo das atividades do programa. A vista disso para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Contudo, concerniu em um estudo de caso único, no qual se buscou compreender o Programa “A moto é sua”, implementado no município do Congo, estado da Paraíba. Para tanto, com foco no Novo Serviço Público e visando compreender os elementos de formulação e implementação, realizaram-se entrevistas em profundidade com os sujeitos: (E₁) Secretário Administrativo (coordenador do programa); (E₂) Participante da comissão responsável pelos processos do programa durante o ano de 2021 à 2024 e (E₃) Ex-Prefeito.

Em vista disso, a coleta de dados ocorreu na Prefeitura municipal do Congo, por meio

da entrevista semiestruturada individual, para o levantamento dos dados em relação às questões que envolvem desde a criação até a implementação do programa. Portanto, de acordo com Gil (2011, p.109) “A entrevista é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”, para que assim possa ajudar no diagnóstico e no tratamento de um problema social.

Portanto, a entrevista foi realizada no dia 26 de maio de 2022 na Prefeitura Municipal do Congo, com os participantes o Secretário Municipal de Administração Lenilson Bezerra da Silva Coordenador do programa e a participante da Comissão Elaine Aparecida Lemos Batista Secretária Municipal de Agricultura, abastecimento e Meio Ambiente que ocupa cargo como Coordenadora de Divisão, responsável pelas inscrições.

No dia 10 de junho foi realizada a entrevista com o ex-prefeito Romualdo Antônio Quirino de Sousa criador do programa, Médico concursado na cidade de São Paulo, que atualmente é pré-candidato a Deputado Estadual. Vale ressaltar que a comissão é composta por mais três participantes: Ana Mércia Fernandes Ribeiro Secretária Municipal de Planejamento e Finanças (Tesoureira), Ana Ruth de Farias Queiros Secretária Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico (Diretora de Departamentos) e Maria de Fátima Araújo Pereira Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Desporte e Lazer.

A aplicação do roteiro de entrevista durou em média 30 minutos cada, e mesmo com o intuito de obter o máximo possível de informações a respeito do programa, havia dificuldade de fazer com o que os profissionais dispusessem desse tempo em sua rotina de trabalho, principalmente o ex-prefeito que atua como médico tanto no Município do Congo como na cidade de Sumé prestando atendimentos.

Como meio para alcançar o entendimento do estudo e os objetivos proposto deste trabalho, foi desenvolvido pela autora um roteiro de perguntas para os três participantes, ressaltando que no decorrer da entrevista a mesma realizou questionamentos além das perguntas propostas. Assim, na seção 6.2 segue a descrição das respostas dos entrevistados expondo os seus relatos.

6 RESULTADOS E DISCURSÕES

O Congo é um município paraibano localizado no cariri, segundo o IBGE (2021) possui uma população de 4.787 habitantes. Em setembro de 2021 a prefeitura municipal do congo implantou o programa “a moto é sua”, por meio da destinação de recursos financeiros, para auxiliar na regularização das restrições legais impostas as motocicletas que venham a impedir sua livre circulação, como também para auxiliar na retirada da habilitação CNH (Carteira Nacional de Habilitação) dos condutores.

Ao traçar algumas considerações a respeito do programa, é possível verificar que ele chama atenção pelo aspecto inovador que propõe, e os resultados que visa obter e caso pudesse ser aplicado amplamente, implicaria em consequências muito positivas. Nesta perspectiva, segui as informações para o conhecimento do programa proposto para o Município do Congo onde expõe informações e outras providencias.

6.1 A CRIAÇÃO DO PROGRAMA SOCIAL DENOMINADO A “MOTO É SUA”, E DE OUTRAS PROVIDENCIAS

Dos requisitos para a inscrição no programa, para ter direito ao auxilio o cidadão precisa preencher os seguintes requisitos objetivos: Ser cidadão do Município do Congo-PB e ter seu domicílio na cidade há, pelo menos que doses meses; Comprovar a propriedade da motocicleta, seja por meio do documento expedido pelo órgão de transito competente, seja por meio do recibo de compra e venda assinado e reconhecido por firma em cartório da assinatura do vendedor, em favor do beneficiário; Está escrito no CADUNICO da assistência social ou ser trabalhador rural inscrito no programa garantia safra (agricultura familiar) e ou Pescador do município do congo-PB.

Em relação aos critérios de seleção a administração Municipal constituiu uma comissão técnica, subordinada à Secretaria de Ação Social, formada por servidores municipais, que tem a função de definir o cronograma de concessão dos benefícios e avaliar a viabilidade da relação custo-benefício de cada situação apresentada pelos beneficiários.

Desse modo, os recursos do auxílio financeiro para o programa, foi financiado com recursos próprios, previstos no orçamento vigente, em valor equivalente à remuneração bruta mensal do chefe do poder executivo municipal, enquanto não houvesse renúncia de salário do mesmo, ao longo do quadriênio 2021-2024, que custeará o percentual de 50% do valor

necessário à regularização da situação do veículo ou da CNH- Carteira Nacional de Habilitação do motoqueiro, junto ao órgão de trânsito competente.

6.2 ANÁLISE E DISCUSSÕES

A partir da entrevista se obteve importantes informações, visto que a criatividade e inovação andam juntas e trazem grandes benefícios para a gestão pública, dada a atual situação estatal, onde há grande demanda de serviços públicos e escassez de recursos. No que se refere à modernização e à inovação, a mudança da gestão pública parece ter lugar de destaque, uma vez que sua execução tem impacto direto no bem-estar dos cidadãos.

Nesse sentido, segundo o pensamento dos autores Ribeiro e Farias (2012, p. 54) que citam o conceito de inovação aplicado ao setor público, em uma organização como “a geração e a aplicação criativa de novas ideias que produzam uma melhoria significativa em um produto, serviço, atividade, iniciativa, estrutura, programa ou política”.

Posto isto, percebe-se na fala do entrevistado E₁ que:

(...)a ideia do programa surgiu no ano de 2000 como proposta de campanha do então Pré-candidato Romualdo Antônio Quirino de Sousa, que lançou no programa de governo esse projeto social”. Dando segmento, é relatado que “no ano de 2021 o criador do programa enviou o referente projeto ao poder legislativo para que fosse aprovado, e após essa aprovação foi criado o edital e a comissão de 5 componentes responsáveis pelo programa”.

Desse modo, pode-se notar que a inovação na gestão pública, apresentam-se como ferramenta de grande relevância, uma vez que contribuí para a melhoria dos aspectos que envolvem as organizações públicas, seja no âmbito da gestão de pessoas proporcionada pela motivação aos servidores, ou ainda nos aspectos operacionais e legais que desburocratizam as ações, tornando as respostas à sociedade mais ágeis. A seguir, a fala do Entrevistado 1 (Secretário) que corrobora essa tese:

(...) diante do projeto, edital, e os prazos propostos se iniciou as inscrições no dia 05 de agosto de 2021 para regularização das motos, sendo disponibilizada uma sala na prefeitura municipal do Congo para que os interessados pudessem se dirigir ao local para realização de suas inscrições. (...) o alvo foi dado pelo prefeito na época devido às blitz na região do cariri que afetava o público de baixa renda, principalmente os da zona rural que transportavam suas produções agrícolas e entre outros produtos.

(...) pois ficavam com medo de perder suas motos e por conta desta situação houve na economia do município um prejuízo, como também nas das regiões próximas. (...) foram inscritos para regularização das documentações das motos 230 pessoas, onde foram contempladas de fato com o programa 74 pessoas, e as demais que não tiveram direito foram devido aos critérios que o programa exige como pessoas que não moravam no município, ou a moto não era no nome dos indivíduos.

Além disso, foi dito que dentro do programa está incluído a CNH primeira habilitação para moto, onde este programa pagaria 50% e outros cinquenta por cento à pessoa arcaria, no qual já iniciou esse processo tendo 130 pessoas inscritas e em andamento 60 pessoas para primeira fase, com aulas na autoescola Cariri na cidade de Monteiro.

Mediante essas questões E₁ também respondeu a respeito de como se encontra a situação do programa após a renúncia do ex-prefeito em março de 2022, onde foi relatado que “o programa não parou, mas continua, e vai até o último ano estipulado no edital e para quem se interessar é apenas procurar a sala do programa para os devidos fins”. Já em relação ao recurso o mesmo narra: “se deu pela renúncia de salário de Dr. Romualdo como prefeito, pois o mesmo é médico concursado em São Paulo, e assim este dinheiro é destinado para esse programa que ele criou”.

O sujeito E₁ revela “o programa está dando certo, e atualmente a procura está sendo mais para as carteiras de habilitação, devido já está em andamento os processos de legalização da documentação e por isso, a procura encontra-se em menor escala”. Logo em sequência E₁ menciona “o governo do estado deu a isenção de 5 anos, e o prefeito alterou e enviou para câmara municipal, onde pagou 2021 100% dos motoqueiros, incluindo as transferências de todo encargo de legalização das motos”.

Ao ser questionado sobre as dificuldades enfrentadas antes de iniciar o programa foram destacadas apenas a questão do período por conta da parte burocrática, em relação à elaboração do projeto de lei, para poder levar ao legislativo para a provação, para sancionar até o lançamento do edital por conta do prazo, que demorou um pouco, mas, não ocorrendo nenhum empecilho.

No final de sua fala E₁ apresenta uma concepção sobre,

Os gestores de outros municípios tiveram interesse sobre o programa, como a prefeita e o coronel de Campina Grande, assim como o atual prefeito de cabaceiras que tentou fazer uma breve imitação do programa, mas sem êxito como outros municípios que fizeram, mas, sem o grau de intensidade que o município de Congo-PB.

Assim, nesse contexto a inovação precisa ser considerada com maior relevância e tratada como diferencial competitivo na realização de serviços públicos e na produção de bens para a sociedade, dado que as ações administrativas são muito importantes, pois quando relacionadas com a prática, permitem ao indivíduo identificar os melhores caminhos para resultados positivos e satisfatórios.

Em relação ao objetivo do estudo a entrevistada 2, expõe seu depoimento a respeito do referente programa implementado, fazendo uso das atribuições de forma a contribuir e a correlacionar com as demais informações ditas anteriormente. Sendo assim, segui as argumentações.

Segundo a Entrevistada 2 (componente da comissão) esse programa surgiu,

Através da cidade possuir várias motos não regularizadas, não por falta de preocupação do dono, mas pela questão do recurso financeiro para aquilo, então através disso Dr. Romualdo na sua pré-campanha preocupado com a situação de todos do congo e do cariri pensou nesta questão para que fossem regularizadas.

A componente ainda argumenta “o criador do programa pensou como já tem o salário de médico, o de prefeito renunciaria e o destinaria junto com a secretaria de assistência social para o programa”. Então durante este período que esteve à frente da prefeitura como prefeito o salário era destinado a esse programa. Já em relação às dificuldades enfrentadas a E₂ disse:

As pessoas acreditarem que iria funcionar porque ainda havia aquela questão política, pois essas pessoas não levavam em conta se estavam precisando ou não de ajuda, então até ser formado o primeiro lote de contemplados das motos e eles verem que tinham moto emplacada, transferências de estado e proprietário, passaram a crer e a procura multiplicou.

Mediante essas questões a E₂ também informou que os apoiadores para o programa foram “Dr. Romualdo e os demais vereadores (oposição e situação)”, como também descreveu sobre o processo para regularização das motos falando o seguinte:

Teve a parte das inscrições exigidos os documentações, RG, CPF, comprovante de residência, caso comprovante de residência não fosse no nome do próprio ou de um parente de primeiro grau teria que ter pelo menos uma declaração do agente de saúde comprovando que mora no congo para não tirar o direito de um que realmente é cidade, por isso teria que residir 12 meses ou mais, como também está inscrito no CADUNICO, ou ter DAP de agricultor ou pescador.

A partir desses pontos a componente ainda fala detalhadamente sobre o restante do processo, informando “após esse processo tem a questão de enviar para o despachante analisar a documentação e ver se estava tudo certo com o recebido que deve estar no nome do dono ou então assinado e reconhecido firma pelo vendedor e comprador”.

A mesma expõe “(...) teve pessoas que não se encaixaram dentro dos termos exigidos pelo motivo da documentação estar no nome de outras pessoas e o proprietário não saber quem era a pessoa, então por essas questões e entre outras que foram analisadas não se conseguiu realizar a regularizar das documentações desses cidadãos”. Isso posto a E₂ ressaltou

“a moto estando com tudo certo vai para o Município de cabaceiras, onde era feito e é ainda a parte da vistoria como a colocação de placa, pois nessa parte do programa está sendo tudo pago 100% pela prefeitura, a única despesa do dono do veículo é levar a moto até a Cidade”.

Desse modo, segundo a componente o programa foi efetivado no ano de 2021, com as inscrições realizadas no mês de agosto, com o primeiro lote sendo entregue em setembro, tendo 74 beneficiados, pois ainda havia alguns a serem regularizadas devido à paralização e as férias do DETRAN, mas que estavam aos poucos retornando ao normal. Além disso, o processo para habilitação-CNH continua tendo como ganhadora a Autoescola Cariri em Monteiro que estava com a primeira turma de aulas práticas, a segunda entrando em julho e a terceira turma iniciando também no mesmo mês.

Dando continuidade foi respondido que o recurso financeiro para o programa ainda seria da mesma demanda por conta de quando começou a possuir uma boa quantia que não teria sido utilizada, pelo fator do perdão das dívidas de cinco anos e por conta disso deu uma boa ajuda porque o valor diminuiu muito, dando assim para investir tranquilamente. Com isso, encerrando a entrevista E₂ diz “mesmo com a renúncia o programa continua devido às questões que foram faladas referente aos recursos financeiros como também pela comissão que se empenha ao máximo para que esse projeto siga até o final do ano proposto”.

Dessa forma, um dos Desafios do Gestor Público Contemporâneo é a qualidade no setor público, assim como a inovação a fim de obter postura proativa e dinâmica que possibilitará maior qualidade no atendimento e na prestação de serviços aos cidadãos. Em outras palavras, a inovação em serviços está pautada na alta rotatividade de mudanças globais, que impulsionam a adaptação dos setores envolvidos no contexto de constante atualização, entre os quais, o setor de bens e serviços é um dos principais envolvidos.

Diante disso, o entrevistado 3 inicia seu depoimento sendo bem objetivo e conciso em relação ao programa onde informou que “a criação do projeto surgiu durante a campanha eleitoral devido às pessoas se queixarem do medo de perder a moto por causa de multas atrasadas ou qualquer outro tipo de problema”. Em sequência ele diz “a gente então discutiu e idealizou um projeto de como viabilizar uma forma de evitar que isso acontecesse, então surgiu à ideia de fazer o programa de legalização das motos, financiado pela prefeitura”.

Diante dessa questão E₃ fala “a escolha das pessoas para comissão foi por meio de como era uma coisa relacionada a planejamento e administração, a gente dispôs de pessoas ligadas à secretaria de administração”.

Ele ainda complementa sua fala dizendo “nos termos as pessoas que deveriam ser incluídas teriam que morar no Congo tendo mais de um ano residência fixa, como também

fazer parte de um dos programas sociais”. Sendo assim, E₃ declara “foi feito o primeiro ano de gestão baseado na renúncia de salário, já que eu não recebo, gerando saldo e tendo saldo remanescente para está bancando 50% para as pessoas que sejam carentes e desejam tirar a habilitação de moto”.

Finalizando sua entrevista o mesmo expõe sua opinião em dizer “antes de prender motos como o governo do estado fez tem que se fazer um programa educacional para aqueles que não têm devido conhecimento a respeito das leis de trânsito”. Assim, a participação cidadã nos processos decisórios, é uma questão fundamental até mesmo para manutenção da democracia, independente do contexto vivenciado, mas que se potencializa sua importância considerando o cenário atual.

7 CONSIDERAÇÕES

A inovação no setor público vem se tornando um dos pontos centrais das estratégias nas organizações, como também foco de diversos estudos e publicações, pois fica explícito que a gestão pública não se restringe a apenas administrar e controlar os serviços, mas também em resolver problemas e encontrar soluções efetivas por meio da inovação no setor público. Sem dúvida, o desafio da institucionalização da cultura de inovação no setor público é complexo e gradual.

No entanto, a inovação na administração pública é uma trajetória irreversível diante das pressões da sociedade contemporânea por mais e melhores serviços públicos. Para além disso ao traçar algumas considerações a respeito do programa “A moto é sua”, é possível verificar que ele chama atenção pelo aspecto inovador que propõe, e os resultados que visa obter se caso pudesse ser aplicado amplamente, implicaria em consequências muito positivas.

Sendo assim, o programa “A moto é sua”, no município do Congo-PB, tem apresentado um grande impacto positivo no desempenho dos critérios para a legalização das documentações dos proprietários de veículo municipal, considerando que as medidas do seu gerenciamento demonstram um importante melhoramento em relação à demanda de legalização das motos.

Do mesmo modo, pode ser percebido um grande aumento na eficiência ligada diretamente aos aspectos de decisões tomadas pela gestão administrativa, já que por meio desse programa inovador na gestão se impulsionam outros municípios a adotarem essa política pública de modo a minimizar os casos das apreensões de motos irregulares possibilitando assim a condição de usar a moto com mais tranquilidade e responsabilidade.

Portanto, é necessário destacar que a realização deste trabalho possibilitou uma nova visão de gestão pública inovadora referente a um programa de legalização veicular como também da primeira carteira de habilitação, que está cada vez mais se tornando prioridade na vida das pessoas, principalmente dos jovens que precisam ter uma permissão legal para dirigir e garantir condições para trabalhar com a moto legalizada.

Assim, a partir das contribuições desta pesquisa, pode-se verificar que o assunto não se acaba podendo ser realizados novos estudos, no sentido de conhecer o efetivo incentivo à população na observação dos gastos públicos e na implementação de projetos. Por fim, para futuras pesquisas, sugere-se análises que investiguem diversos processos inovadores que permitem aprofundar e complementar o conhecimento da área, como também em estimular

pesquisas que auxiliem a compreensão dos modelos inovadores dos municípios do Cariri Paraibano ou até mesmo do estado da Paraíba e dos sistemas que auxiliem a propagação de pensamento inovador, aprofundando-se nas políticas públicas de modo que as pesquisas realizadas contribuam para outros estudos na área correlacionando com resultados obtidos nas análises.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. D.; HELOU, A. H.; FIALHO, F. P. As possibilidades epistemológicas para a ampliação da teoria da administração pública: o novo serviço público. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO*, 3. 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos Ebape**, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2012.

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo**. 8 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005, p. 14. Acesso em 22 de fev. 2022.

ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de. **Avaliação da Gestão Pública: a Administração Pós Burocrática**. Universidade do Minho Portugal, 2007. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8309/3/ArtigoUNED.pdf>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

ARAÚJO, R. F.; ROCHA, E. M. P.; CARVALHAIS, J. N. Inovações em Organizações Públicas: estudo dos Fatores que Influenciam um Ambiente Inovador no Estado de Minas Gerais. **Revista de Administração e Inovação-RAI**, v. 12, n. 3, p. 7-27, 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BENCINI, F. **Burocratização: dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BERGUE, Sandro Trescastro. A redução gerencial no processo de transposição de tecnologias de gestão para organizações públicas. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

CAMPELO, M. Contribuição ao estudo de um modelo conceitual de excelência em gestão pública. *In: MACHADO, N. et al. GBRSP – Gestão baseada em resultado no setor público: uma abordagem para implementação em prefeituras, câmaras municipais, autarquias, fundações e unidades organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2012.

CAMPOS, Helnatã Duarte. *et al.* A Inovação na Gestão Pública e a Eficiência dos Serviços Prestados aos Cidadãos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 309-318, Julho de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/inovacao-na-gestao-publica>. Acesso em: 08 de Dez. 2021.

CATARINO, JOÃO RICARDO. **Finanças Públicas e Direito Financeiro**. Editora Almedina, 2016.

CASTRO, Roberto. Desafios e oportunidades para o setor público gerado por inovações destrutivas no setor da saúde. Disponível em: <https://www.slideshare.net/iGovExplica/desafios-e-oportunidades-para-o-setor-pblico-geradas-por-inovaes-disruptivas-no-setor-da-sade-63643422>. Acesso em: 28 de fev.2022.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The new public service: An approach to reform. **International Review of Public**, v. 8, n. 1, p. 3-10, 2003.

DENHARDT, Robert B. **Theories of Public Organization**. 4 ed. New York: Wadsworth Publishing, 2003.

DENHARDT, Robert. B. Teorias da administração pública. Trad. Francisco G. Heidmann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ERGONRH. **Inovação na Gestão Pública**. Disponível em: <https://blog.ergonrh.com.br/inovacao-na-gestao-publica/>. Acesso em: 08 de Dez. 2021.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

FLECK, C. F.; PEREIRA, B. A. D. Professores e gestores: análise do perfil das competências gerenciais dos coordenadores de pós-graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do RS, Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 57, art. 5, p. 285-301, abril/jun. 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/507/professores-e-gestores--analise-do-perfil-das-competencias-gerenciais-dos-coordenadores-de-pos-graduacao-das-instituicoes-federais-de-ensino-superior--ifes--do-rs--brasil/i/pt-br>. Acesso em: 15 de mar. 2022.

FGV, Dapp. **Soluções de inovação em Políticas Públicas**. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/solucoes-de-inovacao-em-politicas-publicas/>. Acesso em 24 de abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010. Acesso em: 12 de Mar. 2022.

GIRARDELLO, M.; MAIA, O. Os desafios da infraestrutura e o papel inovador do governo. In: DUBOIS, R.; LINS, J. (Coords.). **Inovação na gestão pública**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

IBGE. Cidades e estados. 2021. Disponível em: <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/congo.html>. Acesso em: 05 nov. 2021.

ISIDRO-FILHO, A. **Inovação no setor público: evidências na gestão pública federal brasileira no período 1999-2014**. Capítulo 8. 2017.

MACHADO, D. D. P. N. Organizações Inovadoras: estudo dos fatores que formam um ambiente inovador. **Revista de Administração e Inovação-RAI**, v. 4, n. 2, p. 5-28, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**, Técnicas de Pesquisa. 7ª Edição, São Paulo. Editora Atlas 2010. Acesso em: 14 de mar. 2022.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo De Caso: Uma Reflexão Sobre a Aplicabilidade em Pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, vol. 2, núm. 2, 2008, pp. 8-18 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235217215002>. Acesso em: 15 de mar. 2022.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução a Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 410p.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 36. ed., atual. até a E.C. 64, de MORAES, Alexandre. Reforma Administrativa. Emenda Constitucional nº 19/98. 4ª ed. São Paulo: **Atlas**, 2001. Série fundamentos jurídicos.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2001.

OSBORNE, D. & GAEBLER, T. **Reinventando o governo**. Brasília: MH Comunicação, 1994 [1992].

PEREIRA, L. C. B. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 47(1) janeiro-abril 1996.

PIRES, Maria Cristina Ferreira Silva. Et al. Inovação na gestão pública no Brasil: Análise dos limites e possibilidades. Disponível em: <http://www.profiap.org.br/profiap/eventos/2016/i-congresso-nacional-de-mestrados-profissionais-em-administracao-publica/anais-do-congresso/40610.pdf>. Acesso em: 28 de fev.2022.

RAMOS, A. G. Modelos de homem e teoria administrativa. **Revista de Administração Pública**. Fundação Getúlio Vargas – RJ, vol. 18, n. 2, pp. 3-12, abril/junho de 1984.

BENCINI, F. **Burocratização**: dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

REIS, Ana Cecília Duarte. *et al.* A Gestão de Projetos no Âmbito da Administração Pública: Uma Visão Estratégica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 353-365, Julho de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/gestao-de-projetos-administracao-publica>. Acesso em: 09 de Dez. 2021

RIBEIRO, J. C. de M.; FARIAS, R. A. Inovação no setor público. *In*: MACHADO, N. *et al.* **GBRSP – Gestão baseada em resultado no setor público**: uma abordagem para implementação em prefeituras, câmaras municipais, autarquias, fundações e unidades organizacionais. São Paulo: Atlas, 2012.

ROBERTS, Nancy. Public deliberation in an age of direct citizen participation. **American Review of Public Administration**, v. 34, n. 4, p. 315-353, Dec. 2004.

ROCHA, Arlindo Carvalho. O Processo Orçamentário Brasileiro como Instrumento de Accountability. **Anais do EnANPG-2008**. Salvador, nov. 2008.

SANTOS, A. B.A. dos; FAZION, C. B.; MEROE, G. P. S. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. **Cadernos de Administração PUC-SP**, v. 1, n. 01, p. 1-16, 2011.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista da Administração Pública**. 2009, vol. 43, n.2, pp. 347-369. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122009000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 de abri. 2022.

SPINDOLA, Fernando Affonso Costa. A inovação na gestão do serviço público: a transferência de conhecimento e tecnologia por meio da cooperação universidade-empresa-governo. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 07, Vol. 11, pp. 58-71. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/transferencia-de-conhecimento>. Acesso em: 09 de Dez. 2021.

SPINK, P. **A inovação na perspectiva dos inovadores**. In: JACOBI, P.; PINHO, J.-A. Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares. São Paulo: FGV Editora, 2006. p. 23-39.

SUNDBO, J.; GALLOUJ, F. Innovation in services. **SI4S Syntehsis Paper**, n. 2, 1998. Acesso em 19 de Jan. 2022.

WEBER, Maximilian. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 2009ª.

WHITAKER, Gordon P. Coproduction: Citizen participation in service delivery. **Public Administration Review**. p. 240-246, may/jun. 1980.

APÊNDICE







